

Os serviços e o “reinventar” da competitividade urbana

João Ferrão
Instituto de Ciências Sociais
Universidade de Lisboa

O mau funcionamento das cidades tem vindo a ser identificado nos relatórios anuais do World Economic Forum como um dos riscos sistémicos globais. No âmbito desta Convenção, importa debater exatamente o oposto: como transformar as cidades em benefícios sistémicos globais, salientando, naturalmente, o papel dos serviços. Nesta apresentação, tentarei dar um contributo para esse debate a partir de 7 ideias-chave.

1. A competitividade urbana como realidade multifacetada

A competitividade de uma cidade é multidimensional e multi-ator, isto é, depende de muitos fatores e da ação de um leque alargado de agentes. Ela é, portanto, multifacetada, o que significa que as cidades podem ser competitivas por motivos distintos e como resultado de intervenções desenvolvidas por entidades não só igualmente distintas, mas organizadas entre si de forma diversa. Cidades globais poderão ter um maior número de “faces competitivas”. Pelo contrário, é natural que cidades de menor dimensão concentrem a sua capacidade competitiva num número restrito de “faces”. Qualquer debate sobre competitividade urbana não poderá, por isso, deixar de levar em conta quatro dimensões de “ser competitivo”: em quê, com base em quê, em relação a quê/a quem, e com benefício para quem. Os comentários que se seguem centram-se na componente “com base em quê”.

2. A resiliência das cidades como condição de competitividade urbana

Apesar da diversidade de situações descritas anteriormente, o atual contexto de pandemia e a crescente consciência da gravidade dos impactos de outros riscos sistémicos globais, como as alterações climáticas, as crises financeiras ou os ciberataques, vieram reforçar uma

ideia que, não sendo nova, ganhou, entretanto, uma nova centralidade: a resiliência urbana como condição de competitividade urbana de qualquer cidade.

Resiliência urbana é aqui considerada como o conjunto de três capacidades: a capacidade de amortecimento dos impactos de um choque externo; a capacidade de recuperação/restauro pós-impacto; e a capacidade de iniciar um novo ciclo de transformação, retirando partido das respostas de ajustamento desenvolvidas e do efeito conjugado da tríade antecipação-efeito surpresa-inovação. Ou seja, a resiliência de uma cidade - e, portanto, a sua capacidade competitiva - será tanto maior quanto maior for a sua capacidade adaptativa, de aprendizagem e transformadora em face de contextos adversos inesperados e com forte impacto sistémico.

3. A qualificação das externalidades urbanas como condição de resiliência das cidades

A situação de pandemia veio lembrar que o poder adaptativo e transformador das cidades depende em grande medida da existência de externalidades resilientes. Essas externalidades incluem aspetos distintos, que, aliás, devem reforçar-se reciprocamente. Destacarei 6 tipos de externalidades urbanas:

- i. Amenidades (ambientais, urbanísticas e urbanas¹);
- ii. Infraestruturas físicas e digitais;
- iii. Redes informais (de sociabilidade, solidariedade, aprendizagem, etc.);
- iv. Instituições (robustas, responsáveis e transparentes);
- v. Sistemas de governação (pressupondo visão estratégica de longo prazo, lideranças colaborativas, participação de cidadãos e empresas, etc.);
- vi. Valores (ambiente de confiança, cultura de cooperação, etc.).

A “nova” competitividade urbana – isto é, a competitividade urbana pós-Covid ou pós-qualquer outro choque sistémico grave – pressupõe, portanto, uma aposta firme na qualificação destes tipos de externalidades

¹ As amenidades urbanas incluem, neste caso, não só os designados serviços de interesse geral, mas também o comércio, a restauração, os serviços pessoais, o lazer e a cultura, isto é, o conjunto de atividades que definem a qualidade do funcionamento da vida coletiva na cidade.

e nas relações que se estabelecem entre elas, independentemente da dimensão demográfica e económica das cidades.

4. A qualificação das externalidades urbanas e a construção de uma “nova” competitividade urbana como oportunidade para os serviços

Gostaria de apresentar dois exemplos de qualificação de externalidades urbanas que são em geral pouco salientadas, um primeiro relativo a amenidades e um outro relativo a redes informais. Ambos são importantes para a “reinvenção” da competitividade urbana e ambos representam uma excelente oportunidade para a expansão das atividades de serviços.

Transição energética, descarbonização da economia, economia circular: estas são expressões hoje bem conhecidas e que implicam o desenvolvimento de novas tecnologias, novas competências e, inevitavelmente, novos serviços. Por exemplo, a redefinição dos serviços de água no âmbito da gestão integrada do ciclo urbano da água, desde a fase de captação ao reaproveitamento das águas residuais e fluviais, é uma necessidade hoje reconhecida, debatida, trabalhada, e que, por isso, está já a dar origem a novas soluções. Contudo, e no contexto das amenidades relacionadas com o que poderemos designar por metabolismo urbano, há domínios que se encontram ainda numa fase incipiente, embora tenham um enorme potencial de expansão. É o caso, entre outros, dos serviços ecossistémicos relacionados com o solo urbano. Um artigo recentemente publicado identifica a importância do tratamento e da gestão dos solos urbanos na prestação de serviços ecossistémicos, como a captura de carbono e a regulação climática; a produção de biomassa para alimentação e para a regulação de inundações; ou a produção de espaços de recreação e lazer. Isto é, os solos urbanos, para além de apoiarem o ciclo dos nutrientes, o ciclo da água e a biodiversidade, podem - e devem - sustentar um leque alargado de serviços de abastecimento, de regulação e de valor cultural e de bem-estar.

Num domínio muito distinto de externalidades urbanas, a pandemia veio relembrar a elevada relevância das interações informais presenciais entre profissionais, e entre estes e os clientes, em todos os tipos de serviços avançados às empresas, incluindo as atividades *fintech*, apesar da crescente sofisticação e maleabilidade das tecnologias e dos serviços

digitais. Estudos recentes confirmam que as redes sociais de troca informal continuam a ser fundamentais para o estabelecimento de relações de confiança e para o aprofundamento das cadeias de valor de conhecimento, e que essas redes pressupõem, como sempre sucedeu, a existência de locais e atividades de sociabilização, dos cafés e restaurantes às salas de espetáculos, aos equipamentos desportivos ou aos clubes.

Os serviços ecossistémicos urbanos, os serviços “de sociabilização”, a que poderíamos juntar outros como os serviços “de cuidado” (do próprio e do outro) ou os serviços associados à micrologística urbana, não sendo novos, beneficiaram de um reconhecimento social e até político muito significativo no contexto da pandemia. Todos eles são serviços com um forte potencial de expansão e essenciais para qualificar as externalidades urbanas, aumentar a resiliência das cidades e, por essa via, reforçar a sua capacidade atrativa e competitiva.

5. A construção de uma “nova” competitividade urbana para além da qualificação das externalidades urbanas: o papel das competências de serviços qualificados escaláveis

A história recente das cidades mostra que as situações de maior crescimento económico se relacionam de forma bastante significativa com uma tendência de diminuição da especialização setorial e, pelo contrário, de aumento da especialização em torno das profissões/competências associadas à prestação de serviços qualificados, intensivos em dados, exigentes em tecnologias de informação e comunicação, e facilmente escaláveis numa ótica trans-setorial. Curiosamente, estes são os mesmos profissionais que revelam uma particular sensibilidade aos benefícios resultantes da existência e da vitalidade de redes informais baseadas em contactos pessoais presenciais, uma característica desde sempre associada à história das cidades. Ou seja, as componentes física e digital, formal e informal, tendem muitas vezes a reforçar-se reciprocamente: mais do que uma lógica de substituição, nestes casos, como em muitos outros, parece prevalecer uma lógica de cumulatividade.

6. A “reinvenção” da competitividade urbana como recombinação de fatores tradicionais, revalorizados e emergentes

Externalidades urbanas qualificadas e competências, formais e informais, próprias dos serviços qualificados escaláveis são os dois pilares principais

da “reinvenção” da competitividade urbana. A sua adequada combinação, beneficiando o quotidiano das populações e das empresas locais e, ao mesmo tempo, aproveitando oportunidades e dando resposta a solicitações de escala global, permitirá retirar o máximo partido do forte potencial transformador das cidades. Olhando individualmente para os vários fatores em jogo desde o início da presente pandemia, não há, na verdade, nada que seja verdadeiramente novo. Mas a aceleração diferenciada de processos e tendências provocada pelo contexto pandémico redefiniu muitas fronteiras e deu lugar a novas combinações desses fatores, em função da importância prática e simbólica que uns ganharam ou reconquistaram e que outros perderam.

Assim sendo, a “reinvenção” da competitividade urbana e o contributo dos serviços para essa reinvenção num contexto pós-pandémico – mas sempre sob o espectro de novos choques globais sistémicos – dependem, antes de mais, do modo como os diferentes atores – empresas, entidades públicas, organizações da sociedade civil, cidadãos – compreenderem a necessidade de uma convergência em torno da criação das externalidades e das competências acima referidas. Isso implica algumas alterações significativas:

- i) Um imaginário social mais consciente da importância da existência de uma economia com futuro;
- ii) Uma cidade com mais economia com futuro e menos comandada por lógicas financeiro-imobiliárias;
- iii) Uma participação mais intensa e regular dos agentes económicos nas decisões públicas sobre a cidade ou com forte impacto no seu funcionamento; e, por fim,
- iv) Uma afirmação e um reconhecimento públicos mais claros do contributo distintivo dos vários tipos de serviços para a promoção das transições necessárias à concretização de novas trajetórias de desenvolvimento urbano.

7. A centralidade dos serviços na “reinvenção” da competitividade urbana

O último aspeto referido no ponto anterior salienta a mensagem essencial desta intervenção: qualquer estratégia de desenvolvimento urbano não pode deixar de atribuir a devida centralidade a uma das suas determinantes fundamentais – os serviços, na sua plenitude e na sua diversidade. Combater a invisibilidade, a subalternidade ou a diluição resultante de uma categoria simultaneamente abrangente, diversificada e transversal é uma condição essencial para o reconhecimento da natureza trans-sectorial e do poder transformacional dos serviços. Deste ponto de vista, é premente estabelecer novas pontes de interconhecimento, de diálogo, de compreensão e de colaboração – entre organizações, entre comunidades profissionais, entre pessoas. Esta é, talvez, uma das ideias fortes que poderá resultar desta Convenção.